

## O humor do mercado: o discurso econômico na grande imprensa e a admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff

Nemézio Amaral Filho – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

### Abstract

This paper analyzes the frequency of articles "against", "for" and "neutral" about Dilma Rousseff's government that were broadcast in online editions of the Brazilian newspapers *O Globo*, *Folha de S. Paulo* and *Estadão*, two weeks before and after the acceptance of the impeachment request by the House of Representatives. The goal was to identify the newspapers' interpretive standard around what became known in Brazil as the "economic argument", in order to evaluate whether it was mitigated and/or changed by economic editors after vice-president Michel Temer replaced Mrs. Rousseff. Quantitative and qualitative techniques were applied.

### Keywords

Mass media, Economy, Discourse, Impeachment.

### Résumé

Cette étude analyse la fréquence d'articles "contre", "en faveur" et "neutre" à l'égard du gouvernement Dilma Rousseff, parus dans les éditoriaux d'économie des éditions en ligne des journaux brésiliens *O Globo*, *Folha de São Paulo* et *Estadão*, deux semaines avant et après l'acceptation de la demande d'impeachment dans la Chambre des Députés. Notre but a été celui d'identifier le modèle d'interprétation des journaux autour de ce qui est devenu connu comme « l'argument économique », afin d'évaluer s'il a été mitigé et/ou changé par les éditeurs d'économie après la prise du pouvoir par le vice-président Michel Temer. La méthodologie est fondée sur des analyses quantitatives et qualitatives.

### Mots-clés

Médias de masse, économie, discours, *impeachment*.

### Resumo

O artigo analisa a frequência com que matérias e artigos "contra", "a favor" e "neutros" em relação ao governo Dilma Rousseff foram veiculados nas editoriais de economia das publicações *on-line* dos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Estadão* duas semanas antes e depois da aceitação de do impeachment na Câmara dos Deputados. Baseado em análises quantitativas e qualitativas, o objetivo foi identificar o padrão interpretativo dos jornais em torno do "argumento econômico" e avaliar se foi abrandado e/ou alterado pela editoriais econômicas depois que Michel Temer tomou o poder. Análises quantitativas e qualitativas foram utilizadas.

### Palavras-chave

Grande mídia, economia, discurso, impeachment.

## INTRODUÇÃO

“O humor do mercado”, “a apreensão dos investidores”, “o dólar subiu (ou caiu) com os últimos acontecimentos em Brasília”. Jargões, muletas generalistas, usadas com uma frequência incomum, até mesmo para a mídia jornalística nacional, no ano de 2016, quando a então presidente Dilma Rousseff passou a responder a um criticado processo de impeachment que fragmentou ideologicamente o País e acabaria por redundar no definitivo afastamento da presidente. Dito desde já, o objetivo deste artigo não é polemizar em torno do mérito dos argumentos pró e contra o impedimento da presidente, mas o de se aproximar um pouco mais dos *usos do discurso da grande mídia sobre a economia nacional*, precisamente o daquela oligopolizada (em que um pequeno grupo de empresas do mesmo setor domina a maior parte do mercado), na defesa ou na negação política do impeachment.

Qualitativamente, nossa demonstração pretende pôr em debate o fluxo argumentativo econômico hegemônico no discurso jornalístico nas duas semanas que antecederam o dia de aceitação do processo de admissibilidade do impeachment, o dia da votação na Câmara dos Deputados e as duas semanas posteriores ao estresse democrático.

Quantitativamente, e no mesmo período, pretendemos mensurar o “humor da pauta”, se mais favorável ou contrária à permanência da ex-presidente no poder, ou somente “neutra”. A intenção última é identificar, nesses argumentos, a presença de “expectativas racionais” (para usar a terminologia da microeconomia, ou economia clássica) dos agentes presentes nos textos em relação ao quadro econômico do País ou se são de afetos, de paixões (Sodré, 2006), de torcida, sem assento na observação fria dos movimentos do “mercado” – único agente econômico que pareceu importar em determinados debates em torno do “desenvolvimento” (o que, de fato, pontuou os textos jornalísticos *online* de ordem econômica no universo de nossa pesquisa). E se, concretamente, houve viés marcadamente anti-governo como afirmaram os partidários de Rousseff. Esse trabalho teve como objeto empírico as edições digitais de três grandes marcas jornalísticas nacionais: *O Globo*, *a Folha de S. Paulo* e *o Estadão*.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: COMUNICAÇÃO E ECONOMIA

Quem são os propagadores do discurso da economia a ditar os rumos da política? Grosso modo, os profissionais jornalistas. E quem são os jornalistas? Pessoas que, de economia, “não entendem patavina” (p. 382), responde o cada vez mais *outsider* e provocador jornalista Amorim (2015) ao colocar a culpa dessa ignorância nas escolas de jornalismo pátrio: os jornalistas estariam sujeitos às vontades de suas fontes ou da agenda econômica das empresas para as quais trabalham.

Isso significaria que essa dependência teórica dos jornalistas às suas “fontes econômicas” – quase sempre as mesmas de sempre – acabaria, de maneira mais ou menos consciente, construindo uma cortina de sentidos, garantindo ao público que determinada interpretação tem mais peso na média ponderada dos fatos do que outras? Sim, responderia Costa (2009) ao discorrer sobre as questões éticas tanto na seara da assimetria da

informação do jornalismo quanto na prática da economia liberal. “Veja, a propósito, o papel do jornalismo econômico na dispersão de boatos e nas notícias de interesse especulativo, muitas vezes baseada em uma única fonte e sem as quais não existiria jornalismo econômico; imagine também o potencial desse mecanismo no jornalismo político” (Costa, 2009, p. 222).

O papel dessas fontes também é alvo da preocupação de uma figura insuspeita na crítica ao tipo de economia que quer se impor ao País com a ascendência de um governo que não teve suas propostas neoliberais chanceladas pelo voto: o ex-ministro da Administração e Reforma do Estado Luiz Carlos Bresser-Pereira (1995-1998), do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1999). Em entrevista recente concedida a Lima e Schettino (2016), Bresser afirma que o sucesso na área econômica depende de uma política macroeconômica consequente. E aí sua crítica não poupa nem mesmo economistas quando se refere ao entendimento sobre essa ciência:

“E quem é que entende de macroeconomia no mundo? Quem é que entende de macroeconomia no Brasil? É o sistema financeiro. E por que eu digo isso? Porque nele atuam os macroeconomistas políticos, que são pessoas que entendem realmente de macroeconomia, de taxa de juro, de câmbio, de inflação, não apenas academicamente. E sabendo disso, influencia a opinião pública por meio de artigos, entrevistas e informações que fornecem.”

(Lima & Schettino, 2016, p. 39)

Nesse último ponto, o ex-ministro da Fazenda e Amorim parecem concordar. Mas como isso se dá na prática? Talvez encontremos um exemplo na própria grande mídia. Em um comentário no dia seguinte em que o deputado e então presidente interino da Câmara dos Deputados (maio a julho de 2016), Waldir Maranhão (PP-MA), tentou, monocraticamente, interromper o processo de admissibilidade do impeachment contra a presidente Dilma, o “âncora” Boechat (2016) constatou que o dólar fora às alturas e no mesmo dia teve queda forte. Ou seja, quem vendeu a moeda na alta e recomprou na baixa “ganhou rios de dinheiro”. Para isso, bastaria “ter sangue frio” e entender um pouco do jogo político.

“Entender do jogo”, aliás, pressupõe uma ponderação óbvia, mas necessária, em nossa análise sobre o discurso econômico da grande mídia nos meses de abril/maio neste 128º ano da república brasileira: a economia sofre forte pressão do mundo político. A rememoração é importante porque durante várias décadas do século passado (a partir dos anos 1960) houve a “atração excessiva da profissão [dos economistas] por modelos matemáticos reducionistas”, constata Piketty (2014, p. 23), deixando-se um pouco de lado o fato de que a economia é uma ciência social. Para ele, “(...) a análise qualificada jamais acabará com os violentos conflitos políticos incitados pela desigualdade. A pesquisa na área das ciências sociais é e sempre será balbuciante e imperfeita. Ela não tem a pretensão de transformar a economia, a sociologia e a história em ciências exatas” (p. 11).

De nosso lado, isso significa que, inevitavelmente, nossa crítica ao discurso econômico em veículos jornalísticos da grande mídia, em alguma medida, atenta contra valores estabelecidos – e valores **[1]** (não confundir com “precificação”) despertam paixões. Por isso, também trabalhamos com o universo do simbólico em que os modelos matemáticos estão a

serviço de uma linguagem ideológica dominante. Em situação análoga, Piketty (2014, p. 38) abre feridas conceituais em sua própria disciplina acadêmica ao pôr em dúvida a assertividade dos estudos da ciência econômica em relação à desigualdade (aquela contra a qual todos os políticos dizem lutar), objeto de seu hercúleo trabalho, sob a ótica econômica, acerca da desigualdade – o mais completo levantamento nas duas primeiras décadas deste século acerca do tema: “Sejamos francos: a economia jamais abandonou sua paixão infantil pela matemática e pelas especulações puramente teóricas, quase sempre muito ideológicas, deixando de lado a pesquisa histórica e a aproximação com outras ciências sociais” (p. 38).

Dessa forma, se é verdade que “o mercado” e o sistema financeiro são quem, de fato, “entendem de macroeconomia” e influenciam formas de pensar, é lícito supor que esses agentes, a despeito de a mídia possuir a própria agenda [2], são os mais importantes *players* na estratégia discursiva que tem na economia uma chancela “técnica” e “científica”. Verificar-se-ia a atuação desses agentes (banqueiros, industriais) nos discursos (textos/fotos/sons/animações etc.) da mídia jornalística?

Como veremos, parece haver uma *concordância discursiva* (Amaral Filho, Boff & Murad, 2013), um texto de conteúdo único na grande mídia, quanto à necessidade de redução do tamanho do Estado brasileiro e a conseqüente intervenção mínima na economia. Entenda-se: não há crime ético na concordância de diferentes veículos da grande mídia em torno de qualquer tema. Mas *debate* só existe em meio à diversidade de opiniões e angulações diversificadas em detrimento de matérias “editorializadas” (opiniões travestidas de informação objetiva). Pluralidade em veículos de comunicação jornalísticos é um dever de ofício, uma deficiência na cobertura dos veículos estudados no período de nosso levantamento. Por exemplo, termos como neoliberalismo (estado mínimo, privatizações, precarização das relações de trabalho com terceirizações sem limites) nunca são destrinchados nas matérias que se apresentam como “objetivas”, ou mesmo em artigos de opinião dos profissionais jornalistas ou dos articulistas dos veículos jornalísticos. Mas é exatamente isso que os discursos jornalísticos parecem pôr em relevo: a defesa de uma receita neoliberal em oposição a um estado supostamente ineficiente – ineficiência sempre associada à corrupção. Essa metodologia que dá mais destaque positivo a um lado em comparação àquele a que se ataca verificou-se sem muitos problemas nas publicações elencadas para esta pesquisa (*Estadão, Folha, O Globo*). E aqui não nos preocupamos em defender, *a priori*, qual o melhor sistema econômico para o País – o que redundaria na escolha de seus executores no mundo da política –, mas o de buscar marcas enunciativas concretas (e não meramente especulativas) para entender como o modelo econômico ideal, segundo a mídia, é comunicado. Especificamente em correlação com o impeachment de Rousseff, quer-se mostrar como o argumento econômico foi tematizado no discurso jornalístico *mainstream*.

O que estamos chamando aqui de “argumento econômico” na mídia jornalística não se refere, necessariamente, aos conceitos da ciência macroeconômica. A ideia do “argumento econômico” em nosso estudo trata da frequência e da forma com que a crise econômica foi apresentada pela mídia tão somente para justificar determinado ponto de vista, sem maiores aprofundamentos, contra ou a favor do governo Rousseff. Os “rombos”, “a crise”, “os gastos excessivos do governo” etc. são “argumentos” apresentados como se encerrassem um

entendimento único, em que opiniões divergentes – e, por tanto, o debate – não são necessárias.

Por exemplo, a não intervenção do Estado na economia é defendida pela grande mídia quase sempre sem maiores explicações, com um sentido em si, como algo dado, “natural”, exógeno a qualquer modelo econômico. E não se aprofunda o que é tido como “óbvio”. Por exemplo, o nome do pai da economia clássica, Adam Smith, quando mencionado de forma direta e indireta, e não necessariamente no período de nossa investigação empírica, deixa de remeter ao fato de que mesmo o economista escocês fez ponderações quanto aos limites dessa não intervenção, inclusive numa sociedade urbana e politicamente menos complexa que as contemporâneas.

“Segundo o sistema da liberdade natural, ao soberano cabem apenas três deveres; três deveres, por certo, de grande relevância, mas simples e inteligíveis ao entendimento comum: primeiro, o dever de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes; segundo, o dever de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade contra a injustiça e a opressão de qualquer outro membro da mesma, ou seja, o dever de implantar uma administração judicial exata; e, terceiro, o dever de criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderão ter interesse em criar e manter, já que o lucro jamais poderia compensar o gasto de um indivíduo ou de um pequeno contingente de indivíduos, embora muitas vezes ele possa até compensar em maior grau o gasto de uma grande sociedade.” (Smith, 1996, v. II, p. 170, como citado em Pantoni, 2016, grifos nossos).

Adam Smith, notemos, sabia da importância de o Estado manter instituições que garantissem harmonia social. Poderíamos supor que, atualmente, “certas obras e instituições públicas” seriam escolas, hospitais, vias de acesso, órgãos e entidades de assistência social? Essa preocupação encontra guarida nos veículos jornalísticos ou, ao contrário, é alvo de suas críticas (defesa da privatização)? De qualquer forma, por exemplo, o *Novíssimo Dicionário de Economia* já acentua: “O liberalismo econômico atual mantém-se mais no plano da retórica, pois, na prática, há muito dirigismo econômico na sociedade capitalista moderna. Também as diretrizes dos mais importantes organismos econômico-financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), contradizem os princípios do liberalismo clássico” (Sandroni, 1999, p. 347).

Mas em sua crítica uníssona à política econômica do partido apeado do poder (e, mais uma vez, aqui não se trata de afirmar a política de tal partido estava certa ou errada, mas de constatar tendências, padrões no discurso jornalístico sobre a economia), como essa constatação econômica acerca dos limites do liberalismo, aparentemente tão óbvia, foi abordada jornalisticamente em meio à cobertura dos “erros” e “acertos” econômicos do governo Dilma? Para deixarmos claro o que queremos dizer com a pergunta, citemos duas passagens coletadas fora do prazo estipulado do nosso levantamento, mas extremamente indiciais [3], que nossas conclusões apontarão mais à frente.

A primeira, do colunista de economia da *Folha de S. Paulo*:

“As previsões medianas de crescimento da economia em 2017 subiram do 0,3% do imediato pré-impeachment até se estabilizarem em 1% em junho. Mas voltou-se apenas à mesma projeção do início do ano. (...) Há despiora [sic] agora inegável na economia. Mas apenas descemos mais devagar. *Há esperança, o que é importante. Por ora, isso é quase tudo: suspensão da descrença, ilusão passageira*”. (Freire, 2016, p. A22, grifos nossos).

Mas, e o rigor aos fundamentos macroeconômicos tão defendidos pelo jornalismo (especializado ou não) à época do governo de Dilma Rousseff? Algo de concreto na teoria econômica justificaria a tendência à crítica mais branda no pós-admissibilidade do impeachment (que só se consolidaria com a votação no Senado em 31/08/2016) verificada no noticiário jornalístico da grande imprensa? É possível que a resposta a essa pergunta esteja indicada na segunda passagem que destacamos, desta vez de Nunes (2016), que tem seu blog hospedado no site do jornal *Correio Braziliense*. Para o jornalista (2016), no governo Temer “Os gastos continuam a todo vapor, a política de adoçar a boca de políticos por meio da liberação de emendas se mantém ativa e, agora, descobre-se que o plano de privatização que prevê arrecadar até R\$ 30 bilhões em 2017 é o mesmo vendido como salvação por Joaquim Levy e Nelson Barbosa, ex-ministros da Fazenda” (*online*). Sua conclusão: “(...) A sorte de Meirelles é que ele conta com a proteção da maior parte da mídia e de analistas que odeiam Dilma Rousseff. Num país sério, a máscara do ministro já tinha caído há muito tempo” (*online*).

Até mesmo vozes críticas ferozes ao governo Dilma, como a de Leitão (2016), pareceram subitamente (na pós-admissibilidade de impeachment) terem se desiludido com a política econômica de Temer, personificada no todo poderoso ministro da Fazenda, Henrique Meirelles: “O governo também tem que responder pelas contradições. Ao mesmo tempo em que envia ao Congresso as propostas para controlar gastos, aprova aumentos de gastos. Falta coerência no combate ao déficit fiscal” (*online*). Poder-se-ia perguntar o que fez com que a mídia acreditasse que a política econômica, no *curto prazo macroeconômico* [4], seria alterada com a simples mudança de um governo impopular para outro igualmente impopular.

Em direção semelhante, o sociólogo Barros (2016), na *Folha de S. Paulo*, faz um chamamento à reflexão sobre os usos dos argumentos econômicos, que claramente vale para os jornalistas, propagadores do discurso econômico ao resto da sociedade: “(...) Uma injeção de ceticismo sobre o quão científicas são as discussões econômicas, aliás, pode ser bastante saudável para os economistas: isto é, para quem já parte do princípio de que existem regularidades econômicas identificáveis e está familiarizado com seus padrões básicos” (p. 4-5).

## **METODOLOGIA: ESTATÍSTICA E DISCURSO**

Para dar prosseguimento à nossa análise, pareceu-nos relevante tentar identificar o “lugar de fala” dos *media* aqui analisados em relação à crise política do governo Dilma Rousseff e de seus posicionamentos ideológicos/enunciativos: “Ou seja, as diferentes maneiras de construir a representação de uma determinada prática social ou área de conhecimento propostas pelos sujeitos que aparecem nos textos e que são assumidas ou não

pelos participantes do evento comunicativo em curso” (Pinto, 2002, p. 32-33). Dito de outro modo, determinado sujeito do discurso fala a partir de que lugar social? Qual interesse demonstra representar?

Uma indicação relevante nesse sentido pôde ser averiguada, em parte, na análise dos editoriais de *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Estado de São Paulo* acerca do posicionamento dos jornais no golpe de 1964, no impeachment de Fernando Collor de Mello, em 1992, e no impedimento de Dilma Rousseff, em 2016. A pesquisa foi feita por Alves (2016), jornalista de política e mestre em história, que se propôs a responder à pergunta: “Qual foi o papel da mídia no processo de impeachment de Dilma?” (*online*). No caso da ex-presidente, a jornalista analisou os editoriais desses jornais de janeiro a abril de 2016. O que Alves (2016) pôde constatar, de alguma forma já era intuído por muitos: “Na comparação dos editoriais de 1992 com os de 2016, desta vez os jornais não tentaram fazer apenas a crônica dos fatos jornalísticos. Eles mesmos se tornaram porta-vozes dos setores que defendem o impeachment, tomando partido a favor de um dos lados (aqui cabe ressaltar a posição mais neutra da *Folha*)” (*online*). E finaliza cruamente: “(...) concluí, depois dessa longa pesquisa, que os jornais só estiveram “descaradamente editorializados” como agora em 1964 e que, felizmente, não é mais possível se enganar com a falsa objetividade, há muito perdida “na guerra de propaganda em que se converteu a mídia”. A coluna de opinião é, sim, mais confiável, pois o leitor conhece quem está falando e por quê” (*online*).

Demarcada essa localização programática – que não é entendida como uma conclusão em si – da grande empresa jornalística no País, sigamos para nossa proposta de análise. Ponderemos, em primeiro lugar, que “ter um lado” não é necessariamente antiético, desde que o leitor saiba disso (o que explica a relevância crescente das colunas de opinião), e que expor o maior número de pontos de vista sobre o assunto noticiado é um direito e um dever ético do negócio da mídia jornalística. Por isso mesmo, a matéria de capa da *Folha de S. Paulo*, de 17 de julho de 2016, redigida por Canzian (2016), chocou muitos leitores. O jornal afirmava que levantamento de seu instituto de pesquisa, o Datafolha, dava conta de que “metade dos brasileiros prefere Temer a Dilma” (*online*). A pesquisa foi prontamente denunciada como farsa por jornalistas independentes porque, entre outras coisas, o jornal considerara não ser notícia o fato de 62% brasileiros desejarem novas eleições. No quesito economia, a matéria da *Folha*, carregada de adjetivos e conclusões apriorísticas, constata: “Mas, com exceção das boas notícias na inflação e do dólar em queda, o governo Temer ainda não produziu mudanças profundas na economia que justifiquem o otimismo dos brasileiros [em relação à economia] revelado na pesquisa”. No domingo seguinte, a ombudsman do jornal, Costa (2016a), escreveu que “a **Folha** errou e persistiu no erro” (*online*).

Agora, vamos conhecer a metodologia utilizada para a coleta e análise de dados de nossa pesquisa. A então presidente Dilma Rousseff foi afastada no dia 11 de maio de 2016. O então vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente no dia seguinte. Nossa coleta de matérias nas versões *online* nas três grandes marcas jornalísticas começou no dia 28 de abril e se encerrou 26 de maio de 2016 (ou seja, antes, durante e após a admissibilidade do impeachment, que ocorreu em 12/05/2016). O período propositadamente curto (29 dias) procurava dar conta dos discursos produzidos no noticiário econômico em meio à efervescência política. Jornalistas, pela natureza de sua função, costumam trabalhar com uma

temporalidade própria, presente no discurso jornalístico do “inédito”, do “nunca antes”, do “agora”. No campo econômico, há semelhanças nesse comportamento “presentificante” com a própria percepção da escolha temporal dos consumidores. Fonseca e Muramatsu (2008) dizem que “as hipóteses [acadêmicas] simplificadoras e idealizações sobre a psicologia da escolha ao longo do tempo são injustificadamente irrealistas e, como tal, restringem o poder explanatório e preditivo da análise econômica” (p. 89). E, mais precisamente, o que interessa da crítica das autoras à nossa analogia com o ofício jornalístico ao defenderem a economia psicológica como abordagem analítica: “Experimentos têm sugerido que as pessoas enxergam eventos como pontuais e isolados, e não dentro de um contexto de fluxo. (...) Por exemplo, os agentes enxergam um rendimento negativo de uma ação como uma perda e não como um movimento decrescente do fluxo de dinheiro ou de seus planos de consumo” (Carmerer & Loewenstein, citados em Fonseca & Muramatsu, 2008, p. 100).

Nosso objetivo foi identificar oscilações, ou não, nos argumentos econômicos em torno do impeachment. As matérias foram classificadas como “a favor do governo Dilma”, “neutras” e “contra o governo Dilma”, sempre circunscritas às editoriais de economia. Foram 66 matérias de *O Globo*; 49 da *Folha de S. Paulo*; e 79 do *Estadão*. Na opção pelo uso de ferramentas estatísticas na análise da cobertura dos veículos de comunicação escolhidos, atentamos às críticas a uma suposta “metodologia positivista”, o que não é o caso. Concordamos assim que “a explicação dos acontecimentos não está nos acontecimentos, mas no contexto onde os acontecimentos se dão” (Orozco, citado em Rodrigo Alsina, 2009, p. 26). Isso, entretanto, não invalida a possibilidade de reprodução do método – em nome da visibilidade do acontecimento social – para o mesmo ou para outro objeto de investigação. Dessa forma, parece-nos adequada a definição mais contemporânea de análise de conteúdo jornalístico (ainda que não nos atenhamos apenas a ela) proposta por Herscovitz (2007):

“(...) método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. A identificação sistemática de tendências e representações obtém melhores resultados quando emprega ao mesmo tempo a análise quantitativa (contagem de frequência do conteúdo manifesto) e a análise qualitativa (avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, do contexto onde aparece, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destina).”  
(p. 126-7)

Mapeados os argumentos estatisticamente, a frequência das citações e suas ações e associações (“contra”, “a favor” ou “neutra”), não nos propusemos a uma análise das enunciações de todos os textos ou de um especificamente – ainda que, por vezes, tivéssemos que nos deter em trechos de determinadas matérias para nossa análise discursiva (na parte qualitativa). Por exemplo, determinado argumento econômico a justificar ou a negar o impeachment valia para o governo Dilma tanto quanto para o do então presidente interino? Optamos pela identificação do(s) quadro(s) interpretativo(s) proposto(s) pelos jornais para abordar a pauta econômica que construiu um modelo de crise política para ser consumido pelo leitores/internautas.



Para isso, primeiramente decidimos orientar as buscas por meio de palavras-chave (“Dilma”+“economia”; “Dilma”+“crise econômica”; “economia”+“impeachment”; “desemprego”+“economia”+ “crise política”) e localizar categorias/conteúdos discursivos (“favoráveis”, “contra” ou “neutras”) acerca do governo Dilma. A partir daí mensuramos as ocorrências dessas categorias no noticiário econômico das grandes marcas jornalísticas supracitadas. Em resumo, qual recorte fora efetivamente (ou preferencialmente) *agendado* por esses veículos no período estudado?

## MARCAS NO OBJETO EMPÍRICO: UMA CERTA ECONOMIA... E NENHUMA OUTRA

Começamos nossa análise por *O Globo*. Das 66 matérias localizadas pelas palavras-chave, 77,27% (51) foram de notícias contra o governo Dilma; 6% (4) notícias a favor e 18,03% (11) notícias “neutras”. É preciso deixar claro que definir matérias como “neutras” possui um risco teórico expressivo. Por exemplo, muitas delas fazem referências diretas à “crise” ou ao “momento político”, mesmo não sendo esses os objetos dos textos. Por exemplo, no texto da matéria “Investimento em portos no Rio soma 4 bi” (Fariello, 2016), classificada como “neutra”, é anunciada uma série de dados positivos para o setor portuário no Rio de Janeiro. O texto começa assim:

*“Após meses de processos burocráticos, o governo federal aprovou, na semana passada, a prorrogação antecipada de um contrato de exploração do terminal de granéis minerais da CNS em Itaguaí”. E quase no encerramento da matéria: “Com os novos investimentos, o setor portuário é um dos poucos que continua a crescer durante a crise econômica. (...) Se consideradas apenas as exportações – que avançaram mais por causa do cenário econômico – o crescimento de carga foi de 4,29% entre fevereiro deste ano e o mesmo mês do ano passado”.*  
(online, grifos nossos)

Em outro exemplo, a matéria “Equipe econômica deixa pronto pacote para crédito” registra já no lead:

*“A atual equipe econômica (que será substituída num eventual governo Michel Temer) deixará pronto um pacote de medidas para facilitar a renegociação de dívidas de empresas e destravar o crédito no país. As propostas, que têm capacidade de colocar em circulação até R\$ 500 bilhões, poderiam ser adotadas imediatamente, mas ficarão sobre a mesa de Henrique Meirelles, possível novo ministro da Fazenda, para que ganhem seu aval e, conseqüentemente, legitimidade caso assumam a pasta após a votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff”.*  
(Valente, 2016, grifos nossos)

Assim, quase todas essas matérias “neutras”, funcionam com o que chamamos aqui de “matérias-cenário” (ou artigos-cenário): discursos que constroem fluxos de informações, formadores daquilo que já foi conceituado como “clima de opinião” na hipótese teórica da

Espiral do Silêncio (Rodrigo Alsina, 2009). A Espiral do Silêncio também se sustenta no fato cientificamente constatado de que indivíduos tendem a evitar o isolamento social, como explica Barros Filho (2003):

“Imagine a seguinte situação: os meios de comunicação, diante de um escândalo político, impõem uma imagem desfavorável de seu protagonista. Essa opinião, imposta pelos meios de difusão, será dominante no universo social do consumidor dos produtos desses meios. Isso não impede que haja, nesse universo, vozes discordantes. Elas serão minoritárias. Haverá, portanto, uma tendência, no seio desse grupo minoritário, ao silêncio. Quando parte desse grupo se cala, a opinião discordante, que já era minoritária, se torna ainda mais minoritária. Nesse momento, a tendência ao silêncio ainda será maior. O número de silentes será, portanto, maior, fazendo com que a opinião se torne ainda mais minoritária. Aqueles que ainda persistirem exprimindo-se favoravelmente ao político terão que suportar um ônus social crescente em suas tomadas de posição. Estarão progressivamente isolados. Não encontrarão apoio”.

(p. 208-209)

Aparentemente, a hipótese teórica da Espiral do Silêncio confirmou-se mais uma vez no Brasil do impeachment de 2016. Assim, é tecida uma rede por meio de matérias editoriais (repetidas, ricas em adjetivos e pendente para um lado), que preparavam o leitor para concordar com o vaticínio do jornal [5]. Entretanto, por estarem localizadas nas fronteiras entre os discursos explícitos e implícitos e, por isso mesmo, passíveis de diferentes interpretações, optamos pela denominação de matérias-cenário (ou artigos-cenário) e “neutras” para determinados textos.

Ao longo dos 29 dias de levantamento, foram localizadas, em média, 2,27 textos por dia com as palavras-chave mencionadas na editoria de economia de *O Globo online*. Está claro, pelos dados percentuais acima, que as três diferentes categorias de texto não tinham ocorrências nem próximas à equivalência na cobertura jornalística. Para que isso fosse possível, as categorias de matérias a favor, contra e neutras deveriam ter, cada uma, 22 ocorrências. Porém, as matérias favoráveis ao governo Dilma têm um desvio de 18 ocorrências *abaixo* dessa média; as contrárias, 29 *acima* da média; e as neutras estão 11 matérias *abaixo*.

Um parêntese precisa ser aberto neste ponto para voltarmos a um tema já tangenciado mais acima: jornal algum é obrigado a dar o mesmo espaço para posições díspares de todos os casos. Um exemplo seria a narrativa de um crime bárbaro. O autor do delito seria socialmente julgado pelo jornal e seus leitores. Ponto final. Mas, de outro lado, existem questões que *exigem* pontos de vista diferentes, principalmente aquelas que afetam de maneira direta a vida de cidadãos, como as oriundas do mundo político e da economia (que, vamos insistir, não é uma ciência exata). Dessa forma, as enormes diferenças percentuais na frequência, como matérias sobre o impeachment a partir dos argumentos econômicos verificados na pauta jornalística, ao menos sugerem uma concordância quanto à única responsável pela crise econômica que o país atravessava: Dilma Rousseff. De outro lado, independentemente de os jornais estarem certos ou errados em seus argumentos econômicos, o leitor sofre interdição à necessária divulgação de pluralidade de opiniões,

obrigação tácita dos veículos de comunicação jornalísticos em ambiente democrático, principalmente quando circunscrito a uma editoria.

Um exemplo dessa “interdição” é a ausência de debate em torno da reforma da Previdência Social. O assunto é tratado pela mídia *mainstream* como um dado da natureza: é preciso mudar as regras para se obter o benefício porque, do contrário, o rombo aumenta e as pessoas não poderão contar com esse recurso no futuro. Com exceção dos veículos alternativos, de alguns parlamentares e de pesquisadores independentes, foge-se do debate sobre o tema. Ouvida pela revista *Carta Capital*, a pesquisadora em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Denise Gentil, em entrevista concedida a Drummond (2016<sup>a</sup>) posiciona-se contra o consenso fabricado pelo fluxo de informação hegemônico: “O resultado do encontro do total de receitas e despesas é amplamente superavitário, incluídos os gastos administrativos com pessoal, custeio e pagamento da dívida de cada setor. O superávit foi 56,7 bilhões de reais em 2010, 78,1 bilhões em 2012, 56,4 bilhões em 2014, e 20,1 bilhões em 2015, apesar das enormes desonerações tributárias realizadas nos últimos cinco anos” (p. 34-38).

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social e a Associação Nacional dos Auditores Fiscal da Receita Federal (2016) lançaram a cartilha *Desmistificando o Déficit da Previdência: proposta para uma previdência social pública, justa e solidária*, que também é uma crítica à parcialidade da grande imprensa:

“Ocorre que a informação do governo e da mídia de massa é manipulada, ao passo que omitem que as receitas da Seguridade Social possuem outras fontes de financiamento, como os recursos arrecadados [como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição Social sobre o Lucro (CSL) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)]. Esse erro tem gerado enorme prejuízo aos direitos sociais. Os defensores do déficit afirmam que “o rombo da previdência atingiu R\$ 85,8 bilhões em 2015”. Porém, esquecem, propositalmente, de considerar todas as receitas da seguridade social e de excluir as renúncias, isenções e desonerações fiscais, valores indevidamente extraídos do caixa da Seguridade Social para ser utilizado em outras atividades do governo. Os governos demonstram cálculo de déficit porque consideram apenas parte das contribuições sociais (somente a arrecadação previdenciária direta urbana e rural, excluindo outras importantes fontes como COFINS, CSLL, PIS-PASEP, entre outras) e ignoram as renúncias fiscais. Ademais, nada falam dos valores desviados pelo mecanismo da Desvinculação das Receitas da União - D.R.U., em CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido recursos do Orçamento da Seguridade Social para outros fins de interesse do Estado, tendo retirado da Seguridade Social R\$230,5 bilhões, de 2010 a 2014, conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional-STN. O verdadeiro cálculo, que detalhadamente considera todas as receitas e despesas do Sistema de Seguridade Social (formado pela Saúde, Assistência e Previdência Social) aponta que no ano de 2014, por exemplo, o superávit atingiu mais de R\$ 53 bilhões! O malfadado déficit da Previdência Social nada mais é do que um mito, criado para esconder a responsabilidade do Estado por suas incessantes políticas de renúncias fiscais, desonerações e desvinculações de receitas, além de sua ineficiência na cobrança de dívidas ativas.”

(Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social e a Associação Nacional dos Auditores Fiscal da Receita Federal, 2016, p. 4)

Nem mesmo o discurso sobre a urgência na mudança previdenciária provocada pela “transição demográfica” é incontestável. Note-se, entre outros argumentos, pelo trecho da entrevista dada pelo ex-secretário de Finanças da cidade de São Paulo, o economista Amir Khair, especialista em contas públicas, concedida a Drummond (2016b) da revista *Carta Capital*:

**“CC: Argumenta-se que a Previdência vai estourar por causa do aumento do número de idosos.**

**AK:** Não existe estudo técnico sério no Brasil para sustentar qualquer afirmação sobre o déficit futuro da Previdência. Os poucos estudos sobre **projeções atuariais** [ramo da estatística que pesquisa problemas relacionados com a teoria e o cálculo de seguros] estão todos furados, a começar por aqueles do governo. No Fórum Nacional da Previdência Social, em 2007, técnicos do Ministério da Previdência encaminharam previsões assustadoras. Eu assessorava tecnicamente o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, que dava suporte às centrais. Desconfiamos do exagero e, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, pedimos para informarem as **premissas** [hipóteses para os cálculos] adotadas e fornecerem as planilhas com a memória de cálculo. Informaram só as planilhas que não podem ser checadas sem a memória de cálculo

(...)

**CC: Por que se insiste neste caminho [idade mínima]?**

Na minha opinião, é uma tática dos bancos, a fonte da ideia da reforma da Previdência e da desvinculação de educação e saúde dos impostos previstos na Constituição. Eles querem diminuir isso para que não se mexa nos juros. Então só falam em resultado primário, não em **resultado nominal**. [O déficit nominal é o valor gasto pela administração pública acima do arrecadado, considerando o pagamento de juros da **dívida pública**. A Dívida Pública Federal (DPF) é a dívida contraída pelo Tesouro Nacional que financia o déficit orçamentário do Governo Federal – aí incluído o refinanciamento da própria dívida – e realiza operações específicas previstas em lei].

(p. 20-21)

Nosso levantamento constatou, porém, que, para os três jornais pesquisados, a reforma da Previdência, como proposta pelo atual governo, é uma necessidade inequívoca. A velocidade de produção, circulação e consumo de um mesmo ponto de vista de um dado jornalístico tem óbvias repercussões sobre a interpretação da audiência. Trata-se da materialização daquilo que na teoria do agendamento [6] foi chamado de “focalização”, ou seja, “a maneira pela qual a mídia aborda um determinado assunto, apoiando-o, contextualizando-o, assumindo determinada linguagem, tomando cuidados especiais para a sua editoração, inclusive mediante a utilização de chamadas especiais, chapéus, logotípias etc” (Hohlfeldt, 2008, p. 203).

Passemos para a *Folha de S. Paulo*. Ao longo dos 29 dias da pesquisa, foram localizadas 49 matérias com as palavras-chaves selecionadas na editoria de economia (caderno “Mercado”). Dessas, 61,22% (30) eram “desfavoráveis” ao governo da ex-presidente; 34,69% (17) foram “neutras” e 4,08% (2) “a favor”. Para haver equilíbrio relativo, seriam necessárias 16,33 matérias para cada categoria. Mas o leitor do caderno de economia da

*Folha* teve apenas duas chances ao longo de quase um mês (2/49) de ler uma notícia favorável ao governo Dilma, um desvio abaixo do número de equilíbrio, de 14,3 matérias. Os textos negativos tiveram um desvio acima da média de 13,7 textos.

Talvez seja importante notar aqui que há outras formas de mensuração para se obter conclusões. Optamos pela cobertura econômica, mas a ombudsman da *Folha de S. Paulo*, Costa (2016b) decidiu pela contagem de manchetes (com vários temas, não apenas os econômicos) que trataram do impeachment. Suas conclusões apontam tendência semelhante à encontrada em nosso levantamento no jornal:

“Há muitas possibilidades de análise, mas me dediquei a examinar todas as manchetes da **Folha** desde abril para buscar tendências da cobertura. O processo de impeachment gera uma carga forte de notícias negativas a seu protagonista.

É compreensível que parcela considerável de fatos negativos sobre Dilma tenha sido elevada à manchete. No período, a **Folha** publicou 32 manchetes que considerei negativas a Dilma e 13 positivas.

É inegável que o beneficiário da crise de Dilma seja Temer, seu vice e sucessor legal. É compreensível também que as promessas iniciais de Temer proporcionem narrativa favorável a ele. Foram 34 manchetes positivas; e apenas 24 negativas.

Nos últimos cinco meses, os fatos políticos se desenvolveram mais positivamente para Temer e mais negativamente para Dilma.

Como disse, não seria jornalístico propugnar tratamentos equânimes a situações políticas distintas. Não caberia ao jornal produzir números semelhantes de manchetes favoráveis e desfavoráveis a Dilma e Temer, porque os acontecimentos políticos não seguem tal proporção.

No entanto, parece-me justa a observação de que o jornal se esforçou para cumprir seu papel de vigilante crítico com Dilma, mas foi menos investigativo e combativo com o governo Temer. É a impressão que fica da revisão de 154 manchetes.”

(Costa, 2016b, *online*)

Já no *Estadão*, as palavras-chave nos levaram a 79 notícias da editoria de economia. Dessas, 62 (78%) foram “contra”; duas (3%) “a favor”; e 15 (19%) “neutras”. Em termos ideais, deveria haver 26,33 matérias por categoria. Como vimos pontuando ao longo do trabalho, trabalhamos com ciências sociais aplicadas e, por isso, esse número por categoria é apenas uma projeção ideal. Mas a discrepância no número de textos entre as categorias “contra” (com 39,67 textos *acima* da média) e “a favor” (24,33 textos *abaixo* da média) sugerem que houve um desequilíbrio não inteiramente explicado pelo fluxo natural de aparecimento dos fatos em matérias e artigos abrigados pelo tradicional veículo paulistano. Na verdade, tal fluxo parece ter sido construído a partir de uma agenda clara, reforçando uma proposta de interpretação do real.

Um exemplo emblemático das expectativas do agente econômico “mercado”, segundo o *Estadão*, quanto ao futuro no governo pós-impeachment pode ser verificado na matéria “Temer vai priorizar conjunto de medidas que ajudem a acelerar queda dos juros” (Fernandes & Salomão, 2016). A matéria, extremamente otimista, usa argumentos econômicos em defesa da necessidade de mudança:

“Diferentemente do que foi feito pelo ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy, que apresentou um grande número de propostas para melhorar as contas públicas, um eventual governo de Michel Temer vai concentrar esforços em um conjunto pequeno de iniciativas na área econômica que busca rever a estrutura dos gastos e, no médio prazo, conter e até reverter o aumento da dívida, recuperando a confiança dos investidores na capacidade de o País pagar as suas contas. A mudança de percepção, acredita-se, ainda pode abrir espaço, no curto prazo, para uma queda mais rápida da taxa de juros que a esperada pelo mercado.

Logo de saída, a prioridade é aprovar duas medidas no Congresso: a fixação de um teto para as despesas e a desvinculação de gastos sociais, em particular a de benefícios ao salário mínimo. Mais à frente, podem sugerir reformas na Previdência.”

(Fernandes & Salomão, 2016, *online*).

Como visto anteriormente, já no início do governo Temer, analistas constataram aumento do gasto público, os juros se mantiveram elevados e a desvinculação dos gastos sociais e a reforma da Previdência são pautas obstadas ao debate pela grande mídia, o que não significa dizer que seria fácil aprovar tais mudanças no Congresso. Por isso mesmo, as alterações impopulares – como a aprovação de um limite de gastos do governo, inclusive para educação e saúde – começaram a caminhar apenas depois do período eleitoral de 2016. Curiosamente, no que se refere à perda de direitos sociais, o governo Temer parece ter seguido o receituário do *Estadão* à risca.

Em nosso levantamento, por causa das distorções entre o número de matérias “a favor” e “contra” o governo Dilma nos três jornais, o coeficiente de variação (medida estatística de dispersão que mede o quanto os dados são homogêneos) é semelhante. Mas o dado relevante é que essa medida de dispersão é muito semelhante nos três veículos. Em *O Globo*, o coeficiente de variação é de 18,72%; na *Folha de S. Paulo*, de 17,14%; e no *Estadão*, de 20,43%. A diferença entre o menor e o maior coeficiente é bem pequeno (3,29), e parece demonstrar uma coincidência no que tange à pauta econômica no discurso condenatório ao governo Rousseff verificado nessas três distintas marcas jornalísticas. Mais do que isso: houve uma tendência a enfatizar um ponto de vista em detrimento de todos os demais, ou seja, a interpretação – e consequente representação do governo Dilma Rousseff por meio da pauta econômica nos veículos concorrentes da grande mídia oligopolizada – foi estatisticamente quase a mesma. Essa ênfase pôde ser verificada, entre outras maneiras, pela frequência com que foram encontradas nos veículos durante o período estudado, mostrando que os três coincidiram na divulgação de um número, como vimos, expressivamente maior de textos negativos ao governo Rousseff.

## **CONCLUSÕES: A PESQUISA PRECISA APOIAR DEMOCRACIA**

Escrito em pleno fervor do pós-impeachment (ou “golpe parlamentar” para muitos, entendimento que também compartilhamos) é preciso deixar claro que esta não é, porém, uma peça acadêmica pró-Dilma Rousseff. Seu governo e o de seu antecessor cometeram erros severos: não avançou nas reformas trabalhistas em favor dos trabalhadores, não abriu debates econômicos – como o da transparência nas contas da Previdência – o que chancelou

muitas das alterações administrativas propostas por Michel Temer. Este é um artigo que demonstra preocupação com a crise de credibilidade por que passa enorme parcela da grande mídia brasileira, que teve papel decisivo na saída do governo de Dilma Rousseff. Essa constatação não é feita apenas pelos pesquisadores em comunicação: é frequente a crítica à grande imprensa na mídia internacional, nos movimentos sociais, entre economistas heterodoxos, nas academias nacional e internacional e mesmo nas poucas vozes dissonantes no interior da própria grande mídia (aquelas que dão sensação de pluralidade). Uma busca de dois minutos na Internet e essa afirmação pode ser constatada.

O objetivo aqui foi averiguar um recorte do comportamento da mídia no processo de impeachment tendo por base a pauta econômica. Mais uma vez: não se quis defender uma política face à outra, mas mostrar que, para os jornais, muitas vezes os “argumentos econômicos” eram o que menos importava. Houve a vitória da narrativa da crise como elemento de justificação do golpe – a economia, assim com a Justiça, foi apenas um dado: certa política saiu vencedora, principalmente quando se uniu à agenda econômica de interesses do próprio negócio midiático.

Aqui, tentamos ir além da “impressão de parcialidade” explícita dos jornais. Por isso, as mensurações, inéditas apenas pelo recorte da pesquisa, mas não, infelizmente, pelas conclusões, são as mesmas a que chegaram outros pesquisadores, alguns deles citados ao longo desta investigação. Há algo que não está funcionando bem no negócio corporativo das grandes marcas jornalísticas. “Não está funcionando” no sentido do interesse público, não para objetivo último, e legítimo, do lucro. O que se questiona é o método. E esse método de obtenção do lucro – e da manutenção do poder subjacente – é ruim para a sociedade. Não importa que a necessária e bem-vinda mídia alternativa prolifere na Internet – a mídia *mainstream* sempre exercerá um papel relevante e insubstituível, mesmo que reduzido, na sociedade contemporânea. É por isso que ela não deveria ser tão concentrada como é hoje. Afinal, a quem interessa a redução da pluralidade de opiniões?

É possível analisar o ocaso do governo de Rousseff sob múltiplos pontos de vista. Mas, para o campo da comunicação, parece cada vez mais claro que a questão da democratização dos meios prevista no artigo 220 da Constituição Federal de 1988, e desde então à espera de regulamentação, precisa ser enfrentado, a despeito do forte lobby em contrário. Essa regulamentação já existe em países latino-americanos, nos EUA e na maior parte dos países da Europa ocidental. A importância da regulamentação é óbvia: os meios de comunicação são uma força poderosa demais para ficarem em poucas mãos reproduzindo os mesmos pensamentos que interessam sempre as mesmas pessoas.

Claro que isso não se dará sem tensões sociais. É dessa forma que o mundo acadêmico está sendo chamado a refletir sobre o problema (não importa sob que viés interpretativo: só a omissão é intelectualmente imperdoável neste momento de inflexão político-ideológico). Tivemos presente em nossa crítica feita por Piketty (2014) aos modelos “exatos” e matemáticos para explicar as desigualdades em diversos países, que, sem dúvida, é uma crítica pertinente.

“(…) Mas me parece que os pesquisadores em ciências sociais de todas as disciplinas, os jornalistas e comentaristas, os militantes sindicais e os políticos de todas as tendências e, sobretudo, todos os cidadãos deveriam se interessar com seriedade pelo dinheiro, por sua medida, pelos fatos e pelas evoluções que o rodeiam. Aqueles que possuem muito nunca se esquecem de defender seus interesses. *Recusar-se a fazer contas raramente traz benefícios aos mais pobres.*”

(Piketty, 2014, p. 561, grifos nossos)

Ao seguir essa sugestão clara e poderosa, pesquisadores das ciências sociais aplicadas e demais “formadores de opinião” também precisariam refletir sobre seus métodos nestes tempos em que “provas” empíricas – sem, claro, abrir mão de uma teoria analítica consistente – são mais do que nunca necessárias na esgrimia dos debates nacionais.

## NOTAS

[1] O universo simbólico é, por isso mesmo, em sentido marxista, um valor de uso. E a mídia, talvez mais do que qualquer outra instância de representação, trabalha com a simbolização social, não apenas reproduzindo-a, mas intervindo em sua permanente transformação, consequência da luta por sentido dos atores sociais. Dessa forma, o valor de uso chegou a ser proposto como o objeto mesmo da Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (conferir Dantas, 2012).

[2] Essa agenda é mais visível depois da retoma democrática, em 1985, após o período de 21 anos de ditadura militar, movimento golpista que, num primeiro momento, quase toda a grande mídia, notadamente aquela localizada no Sudeste, apoiou. É consenso entre pesquisadores que o chamado jornalismo econômico no Brasil cresceu com a obstrução da pauta política nos anos de chumbo. Assim, os jornais acabaram por legitimar a ciência econômica como ferramenta analítica, ou de interpretação do Brasil (Nunes, 2009; Basile, 2002), bem diferente de seus congêneres norte-americanos, que tiveram no desenvolvimento dos negócios daquele país sua fonte propulsora (*History of Business Journalism*).

[3] Em sentido peirceano, Sodré (2006) constata sobre o índice semiótico: “Seja qual for a terminologia descritiva, o fato é que o texto informacional – menos estruturado ou sintaticamente hierarquizado do que o texto tradicional, em que a subjetividade do leitor era estável e centrada em coordenadas culturais que buscavam garantir a univocidade da palavra impressa – convida hoje o sujeito a tatear em índices necessários à sua orientação. No jornalismo colado ao mercado, como descreve Abramo, ‘o texto passa a ser mais importante que o fato que ele reproduz; a palavra, a frase, no lugar da informação; o tempo e o espaço da matéria predominando sobre a clareza da explicação; o visual harmônico sobre a veracidade ou a fidelidade’ ” (p. 109).

[4] Ou seja, quando preços e salários são rígidos. Nesse caso, o remédio keynesiano, que prevê gastos do governo para impulsionar a economia em ambiente recessivo, é amplamente aceito, uma vez que o impacto de uma política de tributação é menor do que o provocado pelos gastos – ou por sua redução – do governo.

[5] Os links de todas as matérias de nossa pesquisa estão disponíveis. Acesso em <https://drive.google.com/open?id=0Bwt1AGFeKW2BMjhqU1dXV0x4UXc>

[6] Para a Agenda Setting, a mídia não impõe sobre como pensar, mas sobre o que pensar.



## AGRADECIMENTOS

Este artigo não teria sido possível sem a revisão acurada da jornalista e socióloga Lílian Leitão, e da jornalista e especialista em administração pública Bianca Ribeiro. O trabalho também foi enriquecido pelas sugestões do professor e pesquisador da UFPA Manuel Dutra, fonte de inspiração para colegas e alunos; da pesquisadora e professora em Geografia (UFRJ), a “tudista” Maria Célia Nunes Coelho; do professor de Comunicação Marcelo Gabbay (Centro Universitário Fiam-Faam); do professor de Ciência Política Thomas Garcia (IFRJ); e do professor de Economia Emmanoel Boff (UFF). Agradeço ainda àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho com críticas e sugestões.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, C. (2016). *Jornais apoiam o impeachment de Dilma?*. [Medium post]. Retirado de: <https://medium.com/@Cileidealves/jornais-apoiam-o-impeachment-de-dilma-500dbae50e6#.jnn4vfmfw>
- Amaral Filho, N., Boff, E. O., & Murad, E. G. (2013). *Comunicação organizacional verde: Economia, marketing ambiental e diálogo social para a sustentabilidade corporativa*. Rio de Janeiro: Editório.
- Amorin, P. H. (2015). *O quarto poder: uma outra história*. São Paulo: Hedra.
- Barros, C. R. (2016, 3 de julho). A esquerda e a economia. *Folha de S. Paulo*, Ilustríssima, p. 4-5.
- Barros Filho, C. (2003). *Ética na comunicação*. São Paulo: Summus.
- Basile, S. (2012). *Elementos de jornalismo econômico*. Rio de Janeiro: Campus.
- Boechat, R. (Colunista). (2016, 5 de maio). Café com jornal [Noticiário de Rádio]. Rio de Janeiro, RJ: BandNews FM.
- Canzian, F. (2016, 17 de julho). Otimismo com economia tem melhor patamar desde 2014. *Folha de S. Paulo*, Poder, A3.
- Costa, C. T. (2009). *Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Costa, P. C. (2016a, 24 de julho). Folha errou e persistiu no erro. *Folha de S. Paulo*. Retirado de: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2016/07/1794799-a-folha-errou-e-persistiu-no-erro.shtml>.
- Costa, P. C. (2016b, 4 de setembro). Folha recusa tese de golpe, mas não vê nas pedaladas motivos para tirar Dilma. *Folha de S. Paulo*. Retirado de: [http://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2016/09/1810130-folha-recusa-tese-de-golpe-mas-nao-ve-nas-pedaladas-motivo-para-tirar-dilma.shtml#\\_=\\_](http://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2016/09/1810130-folha-recusa-tese-de-golpe-mas-nao-ve-nas-pedaladas-motivo-para-tirar-dilma.shtml#_=_).
- Dantas, M. (2012). Economia política da informação e comunicação em tempos de Internet: revisitando a teoria do valor nas redes e no espetáculo. *Liinc em Revista*, 8(1), 283-307. doi: <http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v8i1.476>

- Drummond, C. (2016a, 8 de junho). O Déficit é miragem. *Carta Capital*, p. 34-38.
- Drummond, C. (2016b, 24 de fevereiro). “Tentam enganar a todos. *Carta Capital*, p. 20-21.
- Fariello, D. (2016, 24 de abril). Investimento em portos no Rio soma 4 bi” (27/04/2016). *O Globo*. Retirado de: <http://oglobo.globo.com/economia/investimento-em-portos-no-rio-soma-4-bi-19174642#ixzz4HpbbhowY>
- Fernandes, A., & Salomão, A. (2016, 2 de maio). Temer vai priorizar conjunto de medidas que podem acelerar queda dos juros. *O Estado de S. Paulo*. Retirado de: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,temer-vai-priorizar-conjunto-de-medidas-que-podem-acelerar-queda-dos-juros,10000048546>
- Freire, V. T. (2016, 3 de julho). Temer e a bolha de ilusões. *Folha de S. Paulo*, p. A22.
- Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social & Associação Nacional dos Auditores Fiscal da Receita Federal. (2016). *Desmistificando o déficit da previdência: proposta para uma previdência social pública, justa e solidária*. Retirado de: [http://sinafresp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/20160627133441\\_Desmistificando-o-Deficit-da-Previdencia\\_01-06-2016\\_Folder-Frente-Parlamentar-Defesa-da-Previdencia.pdf](http://sinafresp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/20160627133441_Desmistificando-o-Deficit-da-Previdencia_01-06-2016_Folder-Frente-Parlamentar-Defesa-da-Previdencia.pdf)
- Fonseca, P., & Muramatsu, R. (2008). Economia e psicologia na explicação da escolha intertemporal. *Revista de Economia Mackenzie*. 6(1), 87-112. Retirado de: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/810>.
- History of Business Journalism. Retirado, em 23 de setembro de 2016, de: [http://www.bizjournalismhistory.org/main\\_frame.htm](http://www.bizjournalismhistory.org/main_frame.htm)
- Herscovitz, H. G. (2010). Análise de conteúdo em jornalismo. In: Benetti, M., & Lago, C. (Eds.), *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes.
- Hohlfeldt, A. (2008). Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: Martino, L. C.; Hohlfeldt, A. & França, V. V. (Eds.), *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes.
- Leitão, M. (2016, 7 de julho). Falta clareza fiscal ao governo. *Blogs O Globo*. Retirado de: <http://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/falta-clareza-fiscal-ao-governo.html>.
- Lima, M. A., & Schettino, T. (2016). Fundamentos da economia. *Rumos*. 285, 38-41.
- Nunes, J. (2009). *A economia como interpretação do Brasil: modernização autoritária e legitimação econômica*. Dissertação de mestrado publicada. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Nunes, V. (2016, 4 de julho). Governo mantém a política econômica de Dilma. E sem nova roupagem. Retirado de: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/vicente/governo-mantem-politica-economica-de-dilma-e-sem-nova-roupagem/>
- Pantoni, R. A. (2016, 11 de maio). Livre iniciativa e livre concorrência na obra “A riqueza das nações”, de Adam Smith. Retirado de: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8807](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8807).
- Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Pinto, M. J. (2002). *Comunicação e discurso*. Rio de Janeiro: Hacker Editores.
- Rodrigo Alsina, M. (2009). *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes.
- Sandroni, P. (1999). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller.

Sodré, M. (2006). *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis: Vozes.

Valente, G. (2016, 9 de maio). Equipe econômica deixa pronto pacote para crédito. *O Globo*. Retirado de: <http://oglobo.globo.com/economia/equipe-economica-deixa-pronto-pacote-para-credito-19259337#ixzz4HpfpV342>

